



Número: **5006375-70.2024.4.03.6110**

Classe: **REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**  
Órgão julgador colegiado: **2ª Turma**  
Órgão julgador: **Gab. 42 - DES. FED. RENATA LOTUFO**  
Última distribuição: **25/04/2025**  
Valor da causa: **R\$ 90.659,57**  
Processo referência: **5006375-70.2024.4.03.6110**  
Assuntos: **Liberação de Conta**  
Nível de Sigilo: **0 (Público)**  
Justiça gratuita? **NÃO**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
----- (PARTE AUTORA)	
	JOAO VITOR DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO)
JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SOROCABA (JUIZO RECORRENTE)	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PARTE RE)	
GERENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM SOROCABA/SP (PARTE RE)	
	ISRAEL DE SOUZA FERIANE (ADVOGADO)

Outros participantes			
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
324951632	21/05/2025 14:46	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal Regional Federal da 3ª Região 2ª Turma

REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL (199) Nº 5006375-70.2024.4.03.6110 RELATOR: Gab. 42 - DES. FED. RENATA

LOTUFO PARTE AUTORA: -----

JUIZO RECORRENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SOROCABA

Advogado do(a) PARTE AUTORA: JOAO VITOR DE OLIVEIRA SILVA - SP445764-A

PARTE RE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, GERENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM SOROCABA/SP Advogado do(a)

PARTE RE: ISRAEL DE SOUZA FERIANE - ES20162-A OUTROS PARTICIPANTES:

FISCAL DA LEI: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP

D E C I S Ã O

Trata-se de remessa necessária em face de sentença que, no bojo de mandado de segurança, concedeu parcialmente a segurança para reconhecer o direito da parte impetrante ----- à liberação dos recursos depositados nas contas do FGTS, bem como dos valores que vierem a ser depositados enquanto durar a presente demanda (ID 322251771).

Intimadas acerca da sentença, as partes não apelaram.

O Ministério Público Federal manifesta pelo não provimento da remessa necessária (ID 324377435).

É o relato necessário. **Decido.**

A reiteração de decisões num mesmo sentido, proferidas pelas Cortes Superiores, pode ensejar o julgamento monocrático do processo. Nesse sentido, no âmbito do STF tem-se que "[a] atuação monocrática, com observância das balizas estabelecidas nos arts. 21, § 1º, e 192, caput, do RISTF, não traduz violação ao Princípio da Colegialidade, especialmente na hipótese em que a decisão reproduz compreensão consolidada da Corte" (HC 144187 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 04/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018). Nesse sentido: ARE 1089444 AgR, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 25/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-111 DIVULG 05-06-2018 PUBLIC 06-06-2018. Dessa forma, o presente caso permite solução monocrática.

Com efeito, a remessa necessária deve ser admitida, por se tratar de sentença concessiva de mandado de segurança, nos termos do art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009.

No caso vertente, o impetrante visa à liberação dos valores depositados na sua conta vinculada ao FGTS, pelo fato de seu filho ter sido diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de grau I de suporte e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e por não dispor de recursos financeiros suficientes para arcar com os custos do tratamento.

Com efeito, a sentença deve ser confirmada.



Isso porque restou demonstrada, por meio de laudos médicos e psicológicos, a condição do dependente do impetrante de pessoa com Transtorno do Espectro Autista e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Outrossim, o rol de hipóteses previstas no art. 20 da Lei n. 8.036/1990, que permite a movimentação da conta do FGTS, não é taxativo, tendo em vista a finalidade social do FGTS e jurisprudência consolidada sobre o tema.

Nessa linha, aliás, confira-se julgado desta e. 2ª Turma:

REMESSA NECESSÁRIA. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS. LEVANTAMENTO DO SALDO PARA TRATAMENTO DE DOENÇA DE DEPENDENTE. **TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO. DOENÇA GRAVE.** POSSIBILIDADE. HIPÓTESE NÃO ELENCADE NO ART. 20 DA LEI N. 8.036/90. **ROL NÃO TAXATIVO. FINALIDADE SOCIAL DA NORMA.** POSSIBILIDADE.

- A jurisprudência tem firmado entendimento no sentido de que, em se tratando de doença grave e havendo necessidade da importância depositada no FGTS, o trabalhador tem direito ao levantamento do saldo, ainda que não se trate de doença expressamente prevista na legislação. Precedentes.

- O STJ possui entendimento jurisprudencial consolidado no sentido de que o rol das hipóteses de movimentação da conta de FGTS, estabelecido no art. 20 da Lei nº 8.036/90, é exemplificativo. Precedente: STJ, 3ª Turma, REsp 1.083.061, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJE 7.4.2010.

- Na hipótese dos autos, a filha do titular da conta fundiária é portadora do Transtorno do Espectro do Autismo, surgindo, assim, o direito ao levantamento do saldo do FGTS, a fim de que seja assegurado acesso ao valor depositado para fazer frente às despesas com o tratamento e à aquisição dos medicamentos.

- Tratando-se de mandado de segurança, não cabem honorários advocatícios, ex vi do art. 25 da Lei 12.016/2009 e da Súmula nº 105 do STJ.

- Remessa oficial desprovida.

(TRF 3ª Região, 2ª Turma, RemNecCiv - REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL - 502751882.2023.4.03.6100, Rel. Desembargador Federal DIANA BRUNSTEIN, julgado em 14/11/2024, Intimação via sistema DATA: 14/11/2024)

Portanto, ainda que o TEA e o TDAH não estejam entre as hipóteses de levantamento do saldo do FGTS previstas no art. 20 da Lei nº 8.036/90, é de reconhecer o direito líquido e certo do impetrante de levantamento desses valores, a fim de auxiliar com as despesas de tratamento e manutenção da família.



Por fim, como bem destacou o magistrado de primeiro grau, a concessão da segurança deve ser parcial, uma vez que não merece amparo o pedido da impetrante de obter autorização para o levantamento dos depósitos futuros de FGTS, enquanto houver necessidade do tratamento, haja vista que não é possível condicionar a eficácia da decisão a evento futuro e incerto.

Nessa perspectiva, mantém-se a ordem de levantamento em favor do impetrante dos valores depositados em sua conta vinculada de FGTS.

Com essas razões, **nego provimento à remessa oficial.**

Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos à Vara de origem.

Intimem-se. Publique-se.

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

**RENATA LOTUFO**

Desembargadora Federal

